

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 48.999 - SP (2015/0196179-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : N F (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por **N. F.** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, constata-se que o recorrente encontra-se recolhido na Penitenciária Antonio Souza Neto (PII), na cidade de Sorocaba/SP e fora obstada a entrada de sua filha na unidade prisional, tendo em vista constar como vítima no processo pelo qual cumpre a pena.

Impetrado mandado de segurança, em que se buscava o recebimento de visitas por parte da filha do recorrente em qualquer unidade prisional do Estado, o TJSP denegou o *mandamus*, nos termos da seguinte ementa:

“Mandado de Segurança - Impetração buscando assegurar o direito de receber visitas da vítima de crime sexual - Impetrante que não mostra crítica a seus atos e ainda culpa a vítima - Situação familiar incerta - Necessidade de proteger a vítima - Ausência de direito líquido e certo - Segurança denegada.” (e-STJ, fl. 75).

Neste recurso ordinário, a defesa reitera os motivos da impetração originária, destacando que, “vedar permanentemente o direito de realizar as visitas ao seu ascendente preso resulta em uma arbitrariedade que afronta não apenas a disposições constitucionais, mas também representa o desrespeito à dignidade tanto da pessoa encarcerada quanto da pessoa em liberdade, havendo a mitigação de um direito fundamental que lhe devia ser plenamente assegurado pelo Estado, e não tolhido por ele”(e-STJ, fl. 94).

Sustenta ainda que, “é possível verificar a enorme contradição do caso em tela, pois, em que pese a filha do impetrante ter sido vítima de crime sexual praticado por seu genitor quando ainda era menor de idade, verifica-se que esta já atingiu a maioridade, tornando-se plenamente capaz e responsável por seus próprios atos e decisões, de forma que o estado não pode tolher um direito a ela pertencente apenas por entender que a sua decisão não é a adequada.” (e-STJ, fl. 96).

Afirma, por esse motivo, que “o direito a convivência familiar, que pretende ser exercido pela impetrante com o seu genitor, decorre, principalmente, do artigo 226, da Constituição Federal, que prevê que a família é a base da sociedade, devendo ter especial proteção do Estado. Dessa forma, enquanto estiverem presentes os vínculos familiares haverá o direito ao convívio familiar, sendo que o Estado, ao invés de tentar impedi-lo deve incentivá-lo” (e-STJ, fl. 97).

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja “determinado às autoridades administrativas das unidades prisionais responsáveis, a permissão do recebimento de visitas pelo sentenciado por parte de sua filha, em qualquer unidade prisional do Estado” (e-STJ, fl. 101).

Contrarrazões às fls. 168-175 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 198-203).

É o relatório.

O recurso não merece prosperar.

O direito do preso de receber visitas, assegurado pelo art. 41, X, da Execução Penal, embora seja relevante para o processo de reinserção do preso à sociedade e imprescindível para a manutenção dos laços familiares, não ostenta natureza absoluta e deve ser concedido após a análise das circunstâncias do caso concreto e em conjunto com outros princípios, dentre os quais o direito a proteção integral à criança e ao adolescente, prevista no art. 227 da Constituição Federal, regulamentada pela Lei n. 8.069/1990.

Com efeito, "embora seja assegurado expressamente pela Lei de Execução Penal o direito de visitas, com o objetivo de ressocialização, não deve se sobrepor aos direitos dos menores. Isto porque os estabelecimentos prisionais são, por sua própria natureza, ambientes impróprios à formação psíquica e moral de crianças e adolescentes, cuja proteção integral tem base constitucional, nos termos do art. 227 da Constituição Federal." (HC 426.623/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018).

No caso em exame, colho os seguintes fundamentos do acórdão recorrido:

"Segundo dão conta as informações judiciais, ao ser feito o pedido de visitas pelo impetrante, foi feita consulta à unidade prisional, que prestou informações acompanhadas de relatório social, no qual consta que o impetrante "não elabora crítica a respeito de seus atos, apresentando um comportamento 'introverso e monossilábico' nas respostas, dizendo que sua filha Daniela, vítima dos crimes de abuso sexual, 'arrumou' para ele."

Além disso, a genitora e as filhas deveriam realizar acompanhamento psicológico e familiar, tendo em vista a fragilidade do vínculo familiar, mas não aderiram ao tratamento. Ainda segundo o relatório, a própria genitora responsabiliza e culpa a filha Daniela pelo ocorrido.

Nessas circunstâncias, causa estranheza o repentino desejo da vítima em visitar o pai e, portanto, realmente não poderia a autoridade judiciária permitir as visitas pleiteadas, em que a vítima de crime sexual se encontraria novamente com o agressor, que nem mesmo elabora crítica de seus atos e ainda a culpa pelo ocorrido, assim como faz a mãe da vítima.

Saliente-se, como bem apontou o ilustre parecerista, que tais crimes deixam efeitos muitas vezes indelévels na vítima e o contato com o agressor pode até mesmo agravá-los, o que se busca evitar com a manutenção da decisão atacada.

Assim sendo, não vislumbro qualquer direito líquido e certo por parte do impetrante a receber tais visitas, razão pela qual meu voto, na esteira do duto parecer ministerial, orienta-se no sentido da denegação da segurança, o que proponho à E. Turma Julgadora." (e-STJ, fls. 76-77).

Desse modo, não há ilegalidade na decisão impugnada que negou ao

recorrente o direito à visitação, em razão da necessidade de se assegurar a integridade física e psíquica de sua filha, que é a vítima, conferindo-se máxima efetividade à norma inserta no art. 277 da Constituição Federal.

Inclusive, a jurisprudência desta Corte é reiterada no sentido de que a proteção integral aos menores deve preponderar sobre o direito do preso de receber visitas.

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. DIREITO DE VISITA. MENOR. PONDERAÇÃO. CASO CONCRETO. PECULIARIDADES.

Consoante entendimento desta Corte, os estabelecimentos prisionais são ambientes impróprios à formação psíquica e moral de crianças e adolescentes, cuja proteção integral tem base constitucional, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, sendo certo que o direito de visita não é absoluto ou ilimitado, devendo ser ponderado diante das peculiaridades do caso concreto.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1476963/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. EXECUÇÃO PENAL. VISITA DO PRESO. DIREITO QUE NÃO É ABSOLUTO. PREPONDERÂNCIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA. VISITA DOS NETOS AO AVÔ PRESO POR TRÁFICO EM REGIME FECHADO.

1. Não há nulidade no julgamento monocrático do recurso se a decisão foi proferida com base na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, com fundamento no artigo 932, V, "a", do Código de Processo Civil em vigor (Lei nº 13.105/2015), c/c artigo 3º do Código de Processo Penal, e no artigo 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ.

2. O direito de visitação do preso, com o objetivo de ressocialização, não deve se sobrepor aos direitos do menor já que os estabelecimentos prisionais são, por sua própria natureza, ambientes impróprios à formação psíquica e moral de crianças e adolescentes, cuja proteção integral tem base constitucional, nos termos do art. 227 da Constituição Federal.

3. A negativa da visita de netos de tenra idade ao avô, condenado por tráfico e associação ao tráfico à reprimenda de 12 anos, 8 meses e 13 dias de reclusão em regime fechado não implica em isolamento do preso se resta garantido o direito em relação às demais visitas, tampouco em desrespeito dos direitos das crianças ao convívio familiar se podem elas viver na presença do pai, mãe e demais familiares.

5. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1.702.274/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 11/05/2018).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego seguimento** ao recurso em mandado de segurança.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

